International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS)
Peer-Reviewed Journal
ISSN: 2349-6495(P) | 2456-1908(O)
Vol-9, Issue-11; Nov, 2022
Journal Home Page Available: https://ijaers.com/
Article DOI: https://dx.doi.org/10.22161/ijaers.911.45

The Early History of Children from Families Adopting Older Children

A História Pregressa das Crianças a partir de Famílias que Adotam Crianças Maiores

Larissa dos Santos Escobar, Zuleica Pretto

[1]Psicóloga pela Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
[2]Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Received: 25 Oct 2022,

Receive in revised form: 15 Nov 2022,

Accepted: 20 Nov 2022,

Available online: Nov 2022

***Keywords*— Adoption of older children, Families, Past history.**

***Palavras-chave*— Adoção de crianças maiores, Famílias, História pregressa.**

***Abstract*—** *Adoption, especially that of older children, still involves barriers and prejudices, being considered a challenge for children, their families and the State. The research presented in this article aimed to find out how families that adopt older children relate to the child's previous life history in the new family configuration. In methodological terms, the study was defined as qualitative and exploratory and had semi-structured interviews, submitted to a content analysis. The results were discussed using five analytical categories that addressed the families' experiences, feelings and conceptions about family life and their children's past history. The picture of suffering involved in situations of violation of children's rights, family destitution, institutionalization and the challenges present in the process of building a new family configuration were observed. Respondents understand the importance of welcoming, recognizing and dialoguing about the child's past history, both for the child's development and for the formation of family bonds, even if it is painful for everyone and that it is not always easy to implement. With a perspective of overcoming, no family understands the consequences of the past as irreparable for the future of children, recognizing themselves as vehicles for a new beginning for their children.*

***Resumo*—** *A adoção, especialmente a de crianças maiores, ainda comporta entraves e preconceitos, sendo considerada um desafio para as crianças, suas famílias e para o Estado. A pesquisa apresentada nesse artigo teve como objetivo conhecer como as famílias que adotam crianças maiores se relacionam com a história pregressa de vida da criança na nova configuração familiar. Em termos metodológicos, o estudo foi definido como qualitativo e exploratório e contou com entrevistas semiestruturadas, submetidas a uma análise de conteúdo. Os resultados foram discutidos mediante cinco categorias analíticas que abordaram as experiências, sentimentos e concepções das famílias sobre a vida familiar e a história pregressa de seus filhos. Observou-se o quadro de sofrimentos envolvidos em situações de violação de direitos das crianças, na destituição familiar, na institucionalização e os desafios presentes no processo de construção de uma nova configuração familiar. Os entrevistados entendem a importância de*

acolher, reconhecer e dialogar sobre a história pregressa da criança, tanto para o desenvolvimento da criança, como para a formação de vínculos familiares, mesmo que seja sofrido para todos e que nem sempre seja fácil de efetivar. Com uma perspectiva de superação, nenhuma família compreende as consequências do passado como irreparáveis para o futuro das crianças, reconhecendo-se como veículos para um novo recomeço para seus filhos.

I. INTRODUÇÃO

Segundo Machado, Ferreira e Seron (2015 p. 68), é essencial "desnaturalizar a concepção de uma família ideal, imutável e atemporal, e assumir a historicidade com toda a carga de mudanças e reviravoltas que a habitam", a fim de possibilitar a compreensão da realidade vivida pelas sociedades. Ao falar de família, seguem os autores, o foco deve se deslocar da delimitação relativa à estrutura para a análise do cumprimento das funções fundamentais ao desenvolvimento - cuidado, proteção e educação.

Queiroz e Brito (2013) avaliam que uma grande parcela de crianças brasileiras não possui proteção, cuidado adequado e direitos garantidos dentro das famílias de origem devido à situação de pobreza e miséria. Esse contexto, acarreta, muitas vezes, situações de abandono e institucionalização de crianças, e revela uma condição socio material complexa. Além disso, Silva (2008) aponta que casos de destituição familiar podem ocorrer devido a negligências, exploração do trabalho infantil, abuso sexual, uso de substâncias ilegais, entre outros. Conforme dados do Cadastro Nacional de Adoção (https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf, recuperado em 10 de junho de 2021), em 2021, a quantidade de crianças e adolescentes brasileiros juridicamente aptas à adoção consistia em 3.964.

No modelo de família patriarcal colonial a prática da adoção já era uma realidade, visto que filhos biológicos, filhos de outros relacionamentos e afilhados viviam em um mesmo ambiente, mas a adoção só apareceu legalmente no Código Civil Brasileiro de 1917 (Costa; Rossetti-Ferreira, 2007). Com a Revolução Industrial, o afeto passa a ser uma premissa familiar; os filhos antes vistos como mão de obra, responsáveis por cuidar dos pais na velhice e por perpetuar a geração, ganham um lugar central de afeto e atenção (Fonseca, 2002). Com isso, em virtude das modificações históricas no contexto familiar e social, as crianças e adolescentes passam a ser reconhecidas "sujeitos de direitos". A mesma progressão ocorre em relação à legislação na esfera da adoção (Machado; Ferreira; Seron, 2015).

As legislações referentes à adoção no Brasil passaram por alterações ao longo do tempo, sendo um marco importante o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), implementado em 1990. Este defende que a família detém o primeiro lugar na "garantia e efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes à vida, à proteção e ao desenvolvimento de habilidades humanas" (Queiroz; Brito, 2013, p.59). O acolhimento institucional é uma medida provisória e não deveria ultrapassar o período de 18 meses, com o intuito de impulsionar a reintegração com a família biológica ou o direcionamento a uma nova família, nas situações de abandono e destituição familiar (Alvarenga; Bittencourt, 2013). Nesse sentido, uma adoção é aventada apenas quando se esgotam todas as possibilidades de reintegração da criança ou do adolescente na família de origem e extensa.

Portanto, uma das prerrogativas do Estatuto é a reinserção familiar. Logo, o procedimento de destituição familiar demanda tempo, influenciando no fato das crianças ficarem juridicamente aptas à adoção com mais idade, configurando a adoção de crianças maiores (Sampaio; Magalhães; Féres-Carneiro, 2018). De acordo com os dados levantados, pressupõe-se que a permanência prolongada nas instituições de acolhimento é uma realidade da maioria das crianças maiores, acima de dois anos, e de adolescentes.

Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) expõe desafios enfrentados no contexto da adoção de crianças maiores. Pode-se relacionar a baixa adesão à adoção desse grupo ao fato de possuírem mais vivências anteriores, lembranças, aprendizados adquiridos e possíveis traumas. As negligências sofridas, tanto em instituições de acolhimento quanto na família de origem, tendem a implicar em comportamentos agressivos das crianças e defasagens no processo de desenvolvimento, comprometendo trajetórias escolares, o estabelecimento de vínculo e a adaptação às novas rotinas familiares.

Mesmo que o ECA caracterize a adoção como uma medida definitiva, a devolução de crianças à instituição pode acontecer antes da homologação da adoção e, geralmente, a causa é atribuída a criança (que não teria se adaptado). Esse é um outro fator que contribui para entender o número elevado de crianças maiores à espera da adoção, bem como as experiências de sofrimentos e culpabilização que pairam sobre as crianças institucionalizadas. No Brasil, segundo o Cadastro Nacional de Adoção, os pretendentes disponíveis à adoção somam 42.789, mas em relação à faixa etária, a preferência

dos pretendentes é por crianças de até 3 anos de idade (18.28%), o que indica apenas 2,58% das crianças e adolescentes juridicamente aptas à adoção (https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf, recuperado em 10 de junho de 2021). Ou seja, existem dificuldades e resistências a adoção de crianças maiores e de adolescentes.

A literatura diverge na utilização do termo "adoção de crianças maiores" e "adoção tardia". Há uma conotação negativa no termo "adoção tardia", pois pode remeter a uma ideia de idade ideal para adotar (bebês); além disso, "tardio" induz ao pensamento de algo que passou da hora certa. Por isso, neste estudo, optou-se pela expressão adoção de crianças maiores.

Em qualquer modalidade de adoção compete aos pais se apropriarem da história pregressa e da subjetividade das crianças que irão adotar, afinal mesmo um bebê também possui uma história prévia à adoção, sendo que, quanto maior for a idade da criança mais ampla será sua história pregressa (Machado; Ferreira; Seron, 2015). Ouvir a história pregressa dos filhos implica acolher a sua biografia, contribuir para a elaboração de estratégias de cuidado, a ressignificação de vivências anteriores, a segurança para a construção de vínculos familiares e a noção de pertencimento das crianças (Sampaio; Magalhães; Féres-Carneiro, 2018).

Vygotsky (1984) ressalta que é na relação com a realidade social que ocorre o desenvolvimento infantil. O contexto vivido pelas crianças, os acontecimentos e os significados dados a eles são apresentados pelas pessoas de sua rede social e, num segundo momento, apropriados pelas crianças. A relação eu-outro para esse autor é fundamental nesse processo, incidindo sobre o modo como a criança se percebe e ao seu mundo. Dessa feita, a família é uma mediação significativa para a criança. Quando a família agride ou abandona, ela pode sentir-se sozinha, com medo e sem valor. Ao contrário, quando ela é acolhida e desejada, pode vir a sentir-se amada, protegida e incluída, tornando-se possível ressignificar sua história e favorecer o seu desenvolvimento integral.

Considerando o baixo número de publicações científicas sobre o tema, conforme pesquisa em base de dados científicas realizadas no primeiro semestre de 2021, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), e com base nas reflexões apresentadas, o objetivo geral desta pesquisa foi o de conhecer como as famílias que adotam crianças maiores se relacionam com a história pregressa de vida da criança na nova configuração familiar. A partir de entrevistas com as famílias priorizou-se o entendimento sobre como a história pregressa das crianças caracterizam as experiências familiares cotidianas, os sentimentos vivenciados, a formação de vínculos e o desenvolvimento infantil.

II. MÉTODO

A pesquisa foi realizada com cinco famílias que adotaram crianças acima de dois anos de idade, contatadas a partir do Fórum de Justiça, na Vara da Infância e Juventude, localizado numa cidade da região Sul do Brasil. Foi utilizada a abordagem qualitativa e exploratória, que objetiva investigar as relações humanas pouco estudadas, priorizando a diversidade de significados dos fenômenos (Minayo, 2009). Para a coleta de dados foram efetuadas entrevistas semiestruturadas com cada família separadamente, de modo virtual, pela plataforma *Microsoft Teams*, com duração de aproximadamente uma hora cada. Este tipo de entrevista, embora parta de um roteiro pré-definido pelos objetivos da pesquisa, permitem flexibilidade e o surgimento de novas questões no decorrer da entrevista (Minayo, 2009).

A técnica utilizada para a análise e interpretação das informações foi a análise de conteúdo. Esta, conforme Minayo (2009), é dividida em três etapas: a pré-análise (uma organização geral das entrevistas transcritas); exploração do material (organização dos dados por categorias tendo em vista os objetivos da pesquisa); o tratamento de resultados, quando se articulam de modo interpretativo a literatura estudada e as falas dos participantes. Ressalta-se que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade a qual estava vinculada, seguindo o previsto nas Resoluções nº 446/2012 e nº 510/2016 que versam sobre pesquisa com seres humanos.

Os participantes da pesquisa foram duas famílias monoparentais compostas por mulheres, solteiras e heterossexuais; duas famílias compostas por casais heterossexuais, sendo que uma delas, apenas a mulher optou por participar da pesquisa; e uma composta por casal homossexual masculino; nenhum apontou impeditivo biológico para adoção. Na tabela seguem informações sobre a configuração familiar:

Tabela Filhos e tempo de convivência

Família	N° de filhos	Idade filhos	Tempo de convivência
A.	2	13 anos e 16 anos	6 anos
B.	4	5 anos, 13 anos, 16 anos e 19 anos	13 anos e 4 anos (duas adoções)
C.	2	9 anos e 11 anos	1 ano
D. e E.	3	7 anos (gêmeos) e 12 anos	1 ano e 6 meses
F. e G.	3	8 anos, 12 anos e 13 anos	2 anos e 2 meses

Os entrevistados, que serão identificados por letras em ordem alfabética, se autodenominam brancos, exceto C. e G, que se autodenominam pardos. A maioria possui o ensino superior completo, apenas C. e F. apresentam o ensino superior incompleto e E. tem o ensino médio completo. A idade dos pais varia de 30 a 56 anos. Todas as famílias adotaram grupos de irmãos e não possuem filhos biológicos, apenas D. e E. ainda consideram uma gravidez. O tempo de convivência variou entre 6 anos e 1 ano e 6 meses.

III. RESULTADOS

Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo, os resultados obtidos foram categorizados em itens de análise. Estes foram levantadas por meio de entrevistas realizadas com as famílias e estão abaixo elencadas. No tópico discussão, na sequência, serão expostas as análises relativas a cada uma das categorias.

- Um breve retrato das histórias pregressas das crianças pelas famílias;

- Compreensões e sentimentos das famílias adotantes frente a adoção de seus filhos;

- A história pregressa e suas interferências no cotidiano familiar;

- A história pregressa das crianças, o diálogo e a formação de vínculos;

- A inserção na nova família como uma forma de recomeçar.

IV. DISCUSSÃO

4.1 Um breve retrato das histórias pregressas das crianças

Ao longo dos relatos, as famílias entrevistadas discorrem situações vivenciadas pelos filhos na antiga configuração familiar que possibilitam pensar como estas implicam na forma como experienciam a adoção de seus filhos.

A. vê a adoção como uma forma de dar oportunidade e melhorar a vida das crianças. Adotou o filho com a idade maior da que tinha preenchido na ficha para dar entrada no processo de adoção. O filho vivia de casa em casa dos familiares, então não consegue lembrar completamente da genitora, nem da irmã, sendo as poucas lembranças ruins. A filha morava com a genitora, mas também não se lembra muito dela. O filho não foi para escola na primeira série, quase não frequentava na segunda série, voltou a ir para a escola assiduamente quando foi para a instituição de acolhimento.

Os filhos de A. têm mais dois irmãos. Quando ocorreu a destituição familiar, os dois irmãos mais novos foram para uma instituição de acolhimento e os dois mais velhos para outra. Nessa ocasião, o filho tinha sete anos de idade e a filha quatro anos. Segundo A., os filhos não sofreram muito quando ficaram na instituição. Os irmãos mais velhos chegaram a ser adotados por uma família, mas não deu certo e ocorreu a devolução das crianças à instituição de acolhimento. Outra situação relatada, é o fato da família biológica, menos a genitora, morar a três quilômetros de distância de onde residem.

Os filhos de B. foram negligenciados e violentados. Uma das filhas da primeira adoção foi abusada sexualmente e, por isso, provavelmente não poderá ter filhos. Além disso, era queimada, e reproduzia essa violência na irmã e em algumas crianças da instituição. A outra filha saiu de casa com dois anos, lembra pouca coisa das suas vivências anteriores. A agressora das filhas era a genitora, ela as vendia e as colocava para ver filmes pornô quando eram pequenas. Elas têm mais um irmão envolvido com tráfico, que a tia ficou com a guarda e mais uma irmã por parte da genitora, nascida depois delas serem institucionalizadas. O juiz solicitou a troca do nome das filhas, em virtude de a família biológica ser muito violenta. B. pensa na adoção como uma atitude de quem quer mudar o mundo, quebrar um ciclo, dar oportunidade e criar filhos fortes.

Como as meninas pediam um irmão, B. resolveu adotar o filho mais novo, que é negro. Ele só se reconheceu como negro quando tinha quatro anos. O filho tem alguns flashes do passado, quando brinca, fala que seus brinquedos estão sozinhos, mas não se lembra da genitora. B. pondera a facilidade em criar o filho, destituído da família com cinco

meses, em comparação com a sua irmã biológica, institucionalizada com oito anos. A filha mais nova não queria estar na casa de B., dizia que a obrigaram de estar ali, pois tinha alguém que a queria e ela tinha que ir, além disso odiava o seu irmão. A genitora da filha mais nova a entregou para adoção, porque não conseguia cuidar 'nem de si mesma'. Essa filha sofreu abuso por quatro anos enquanto morava com o pai biológico e tem dificuldade em deixar-se cuidar. A genitora dos quatro filhos era usuária de droga, álcool e envolvida com prostituição.

C. traz pontualmente algumas situações vivenciadas pelos filhos na família de origem que evidenciam a condição de maus-tratos e violação de direitos sofridas pelas crianças. O filho passou por violência física e psicológica, tortura; a filha era quem protegia o irmão. Além disso, a filha sofreu abuso sexual anteriormente. As crianças achavam normal apanhar, passaram por muito sofrimento e crueldade, não eram cuidados, protegidos, passavam fome. Uma vez jogaram o filho no lixo. A família biológica obrigava os filhos a ficarem ajoelhados em cima do ferro. Os filhos já tiveram que comer comida do lixo e o genitor fez o filho comer um prato cheio de cebola crua. C. sentia desde a infância o desejo de ser mãe por adoção, sendo ela própria "criada" por uma tia.

Os filhos de D. e E. têm mais duas irmãs que ficaram na instituição de acolhimento e no começo, pediam para que os pais as adotassem também. Antes da destituição familiar, quando os filhos do casal ficavam dias em casa sozinhos eram elas que os cuidavam. O filho mais velho saia para pedir comida, ele fornecia o alimento e proteção nesses momentos. Os filhos eram humilhados, maltratados e machucados. E. acredita que a mentira era uma forma de defesa dos filhos. Às vezes, os filhos trazem lembranças ruins do passado, como quando ficavam de castigo ajoelhados no milho. O casal comenta ficar receoso se os filhos ainda guardam algum vínculo, sentimento com a família biológica. D. e E. contam que desde o namoro pensavam na adoção; revelaram que, no início, sentiam medo de não serem aceitos pelos filhos e de que eles fossem agressivos, o que não se confirmou.

A destituição familiar no caso dos filhos de F. e G. estava associada a negligências. No histórico dos filhos não constava nenhuma situação de abuso sexual, mas os profissionais da instituição de acolhimento pediram para os pais ficarem atentos. Em comparação com todos os relatos sobre as histórias de vida que tiveram acesso durante o curso de adoção, a família se considera sortuda. O casal vinha de famílias grandes e queriam ter muitos filhos; decidiu pela adoção de crianças maiores, pois a comunicação seria facilitada. Suas inseguranças circulavam em torno da orientação sexual das crianças.

Três famílias citam que no mínimo uma das meninas de cada uma destas sofreu abuso sexual de pessoas da antiga configuração familiar. Em decorrência desta situação, as famílias relatam a sexualidade exacerbada observada em algumas atitudes das filhas. A. e B. também informaram a fuga de casa recorrente por parte das meninas[1].

Segundo Vargas (2013), a realidade da adoção de crianças maiores sucede o abandono dos pais por questões de cunho pessoal, ou porque foram retiradas da família pelo poder judiciário que as considera inaptas a garantir os direitos e deveres dos filhos, como observado, a violação de direitos das crianças aparece em todas as falas. Afinal, nem mesmo com o ECA é possível garantir efetivamente os direitos destas crianças, sendo este cenário complexo e de difícil resolução. Alterações nesse quadro exigem novas políticas públicas que trabalhem de forma intersetorial, assim como uma mudança epistemológica e cultural frente as infâncias, gênero, sexualidade, famílias, pobreza, etc.

Ainda, conforme o relato da maioria das famílias, a adoção de crianças maiores e de grupos de irmãos é vista com preconceito por parte da família extensa, amigos e conhecidos, sendo a situação de violação de direitos que marca as histórias das crianças a principal questão. Segundo F., ele e o companheiro escutaram muito *vocês são loucos, o que vocês vão trazer para a vida de vocês adotando essas crianças mais velhas, cheias de problemas*.

4.2 Compreensões e sentimentos das famílias adotantes frente a adoção de seus filhos;

Ao longo dos relatos das experiências apresentadas pelas famílias, a história pregressa das crianças foi associada a termos como: horrível, trágica, crítica, traumatizante, complicada e atrapalhada. A fala de D. retrata o caráter negativo denotado pelas famílias acerca das vivências

[1] De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/31575-pense-2019-uma-em-cada-cinco-escolares-sofreu-violencia-sexual, recuperado em 01 de agosto de 2021), a violência infantil é grave no Brasil. Uma pesquisa realizada, em 2019, com 11,8 milhões de estudantes, entre 13 e 17 anos, retratou que cerca de 14,6% dos alunos sofreram algum tipo de abuso sexual ao longo da vida. Os casos observados em meninas compõem um percentual de 20,1%, entre os meninos a incidência é de 9%. Aproximadamente 6,3% dos estudantes foram obrigados a manter relação sexual contra vontade. Em 68,2 dos casos, os alunos sofreram a violência na faixa etária dos 13 anos ou menos.

anteriores de seus filhos, *coisa boa não tem, não tem como conversar coisas boas, porque se fosse bom não teria acontecido tudo o que aconteceu.*

Para as famílias, essas vivências refletem nas crianças especialmente através do medo e tristeza. A. traz: *quando falávamos da mãe deles, ele (filho) ficava muito mal, tremia, suava, ele ficava muito nervoso.* S. compartilha que sua filha sente vontade de chorar ao relembrar algumas situações passadas.

O relato de F. e G. expõem um longo período de institucionalização dos filhos, *passaram cinco anos no abrigo, é muito tempo para uma criança, que passa tudo muito rápido, praticamente cresceram dentro de um abrigo, assimilando toda a situação ali, e de repente a gente apareceu na vida deles.* Para Alvarenga e Bittencourt (2013), as crianças localizam neste espaço referências, constroem vínculos afetivos, elaboram e significam sofrimentos e traumas. A permanência prolongada nas instituições de acolhimento se encarrega pela construção da subjetividade e do desenvolvimento de capacidades cognitivas e sociais das crianças destituídas do convívio familiar. Os filhos de F. e G., por medo dos maus-tratos, não consideram a possibilidade de afastar-se da nova família, embora a filha do meio, de doze anos, apresente dificuldades em aceitar os pais adotivos em comparação aos outros filhos.

Segundo Alvarenga e Bittencourt (2013), em algumas crianças institucionalizadas, percebe-se o desejo de serem adotadas e, concomitantemente, uma idealização da família de origem. Desse modo, existe a possibilidade de as crianças manifestarem uma resistência frente à família que irá adotá-la, na intenção de preservar os vínculos do passado. Contudo, o oposto também pode acontecer, buscar apropriar-se rapidamente das particularidades da nova família pela aflição de vivenciar um novo abandono.

Diante desse quadro, as famílias compreendem de forma negativa a influência da história pregressa para o desenvolvimento da criança: *o desenvolvimento foi prejudicado, nitidamente (*F. e G.), *eu sei que atrapalhou muito* (A.). Vygotsky (1984), compreende que o desenvolvimento do sujeito está diretamente associado ao contexto sociocultural, como já assinalado. Neste processo, a criança terá que apropriar-se gradativamente das significações atribuídas pela sociedade ao mundo, a existência e as condições de existência. O desenvolvimento será prejudicado se a criança não possuir acesso aos bens materiais produzidos pelos seres humanos (condições de moradia, de higiene e de alimentação) e que detém essas significações.

Ademais, as famílias consideram as situações vivenciadas pelas crianças como adversas a uma realidade saudável. A. apresenta explicitamente a fala voltada para essa questão mais de uma vez durante a entrevista, *essas coisas que uma criança nunca deveria passar, nem deveria ter passado nem um pouquinho do que passaram.* Portanto, o relato de C. é centralizado em revolta, indignação e responsabilização das pessoas geradoras de situações vivenciadas anteriormente pelos seus filhos, não abarcando a complexidade da questão sócio-histórica que envolve a constituição familiar.

No geral, as famílias entrevistadas reproduzem a fala: *o passado deles não pode ser apagado*. Para Levy, Pinho e Faria (2009), a adoção requer potencial de adaptação e técnicas para elaboração de luto, bem como uma consciência das divergências existentes entre o filho idealizado e a criança real. Desse modo, a maioria dessas famílias entendem o passado como sendo algo implícito a todos, com traumas e sofrimento, *todo mundo tem um passado, então a gente não pode pedir que eles não tenham, que eles venham em branco, não tem como* (D.).

As famílias pesquisadas afirmam ter um diálogo aberto e liberdade para falar sobre a história pregressa dos filhos, porém, esperam os filhos trazerem questões, e a partir disso, indagam e conversam sobre o assunto. As famílias justificam o fato de não iniciarem conversas associadas à história pregressa pelo desencadeamento negativo desta lembrança para os filhos, e com o intuito de não "invadi-los". E. fica "muito mexido" ao ouvir as crianças trazerem sobre determinado assunto, quando ocorre, ele fala: *vamos falar de coisa boa.* Segundo os relatos, aparece também por parte dos filhos uma vontade de abandonar o passado. Os filhos de C. e da família de D. e E. verbalizam o desejo de ter nascido da barriga das mães que os adotaram, *eu queria ter nascido de dentro da tua barriga, porque que eu tive que nascer lá, mãe?*

Sampaio; Magalhães; Féres-Carneiro (2018) lembram que na adoção de crianças maiores, as crianças empregam a linguagem de forma mais ativa e possuem uma história pregressa composta de inúmeras vivências. Esses fatores somados à capacidade de argumentação requerem formas alternativas para a efetivação de uma vinculação afetiva, diferentemente da adoção de crianças menores.

A partir dos relatos das famílias entrevistadas é possível observar a particularidade da história pregressa de cada criança. As famílias que adotaram pensam de forma semelhante sobre as vivências dos filhos, relacionam a instituição de acolhimento a um espaço de melhor convivência para os filhos, em comparação à antiga configuração familiar. Observa-se que é doloroso para as famílias dialogarem com os filhos sobre o passado, mas se esforçam para fazê-lo, cada um a seu modo. Por fim, a

experiência das famílias em relação à adoção de crianças maiores implica em um processo permeado por dificuldades.

4.3 A história pregressa e suas interferências no cotidiano familiar

Queiroz e Brito (2013), apontam a família como ambiente inicial para o desenvolvimento social da criança, em relação às normas, regras e valores da sociedade. A partir disso, é pertinente pensar as questões trazidas pelas crianças em relação às suas vivências no primeiro contexto familiar. As famílias associaram algumas atitudes apresentadas pelos filhos como consequência da história pregressa anterior à adoção. Essa questão fica evidente nessas falas: *é tudo reflexo do que eles passaram, eu sabia que ia aparecer em algum momento* (A.); *é raro entrar em uma adoção de crianças maiores e a criança não demandar nada* (B.).

Quando o processo de adoção é firmado, a família que adota entra em contato com a criança, consequentemente, os medos, fantasias e preconceitos tomam uma nova proporção no reconhecimento da parentalidade (Levy; Pinho; Faria, 2009). Três famílias pontuaram o fato de pelo menos um de seus filhos não querer crescer, querer continuar a ser criança. Segundo C., isto ocorre pois *na cabeça do filho os adultos são maus, ruins*. A mentira também apareceu como uma dificuldade enfrentada. Três famílias indicaram a mentira como frequente no repertório de seus filhos. O filho mais velho de D., quando mente, se arrepende: *queria voltar no tempo para poder não fazer as coisas erradas que tava fazendo.*

Mais dois pontos comuns apresentados pela maioria das famílias são a defasagem escolar e falta de higiene. Em quatro famílias, pelo menos um dos filhos não sabia ler e nem escrever. No relato de três famílias, os pais afirmam ter ensinado seus filhos a tomar banho, escovar os dentes e lavar as mãos. No estudo de Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018), a higiene e a questão escolar também foram dificuldades apontadas pelas famílias pesquisadas, que atribuíam essa condição ao histórico de negligências vivenciado pelos filhos. As falas de B. e D. tratam, sucessivamente, as questões levantadas acima, *começa do zero, desde higiene pessoal até tudo, é uma demanda como se fosse um bebê; a gente só não pegou bebê, mas o resto a gente ensinou tudo mesmo, desde a higiene até a leitura.*

A. lamenta por não ter sido informada pelos profissionais da instituição de acolhimento que os filhos não sabiam ler e escrever, sendo assim, se culpa por não ter feito mais, *imagina o quanto eu poderia ser melhor se soubesse antes.* Também na pesquisa de Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2008), os entrevistados citaram a falha de comunicação entre famílias que adotam e a instituição, que omitem informações relevantes sobre o desenvolvimento dos seus filhos.

C. conta que no início os filhos choravam muito com saudades das irmãs que ficaram na instituição de acolhimento, ficavam tristes. cita a desatenção e falhas na coordenação motora do seu filho como consequência das vivências anteriores. A mãe acredita que a história pregressa *o atingiu em partes muito profundas, e a gente não sabe até onde vai isso, tem coisas que eu não consigo ver, tem coisas que nem ele sabe.* Ainda nesse sentido, quando B. deu entrada ao processo de adoção, foi informada do pré diagnóstico de transtorno do espectro autista (TEA) dado a dois de seus filhos, em virtude de um deles não falar mesmo com idade avançada. Ao longo do tempo, a filha de B. vivenciou novas mediações e sentiu-se confortável para falar, portanto, o diagnóstico não se concretizou.

A partir do estudo de Silva (2008), foi certificado que após a adoção, com estímulos apropriados, crianças com baixo desenvolvimento da fala, dificuldades relacionadas à coordenação motora, até com diagnósticos de deficiência leve, alcançaram avanços considerados admiráveis pelos técnicos das instituições de acolhimento. Ou seja, concluir um diagnóstico sobre o desenvolvimento infantil num contexto relacional complexo e totalmente adverso para a criança, pode ser precoce e pouco preciso.

As famílias referiram outras consequências decorrentes das vivências anteriores em seus filhos. F. e G. tem a preocupação com o fato de a genitora de seus filhos enfrentar dificuldades com a destituição familiar oficializada, já que tem histórico de idas à instituição de acolhimento para saber informações sobre os filhos, sentem receio de os filhos desejarem contato com a mãe. A família de C. cita que, no início, apareceu a questão da alimentação, o medo do filho de ser abandonado e a necessidade de trabalhar com a filha a questão de não precisar mais cuidar do seu irmão, pois agora eles tinham alguém para cuidá-los. Além disso, percebe-se a insegurança dos filhos ao questionarem se a mãe não queria ter adotado um bebê.

Ademais, C. percebe principalmente no filho mais novo, a dificuldade em obedecer. Segundo a mãe, como aprenderam tudo na base da violência, se não tiverem apanhado, não acham necessário escutar e obedecer, *com ele tem que ser assim, muita persistência até ele entender que realmente aquilo ali faz sentido, tem que falar milhões de vezes.* A partir disso, C. reforça aos filhos a importância de escutar os pais, seus conselhos, pois os genitores não tiveram alguém que fizesse isso por eles ou tiveram e não quiseram escutar. Na mesma direção, D. e E. relatam que, no início, quando os filhos faziam algo de errado se justificavam falando que aprenderam daquela forma.

Os filhos de D. e E. eram humilhados na antiga configuração familiar o que acarretava, conforme os pais, baixa estima e o fato de se consideram burros, levando-os a

buscar aprovação e reconhecimento constantemente. Às vezes, se colocam como culpados pela destituição familiar e se questionam o motivo das situações anteriores terem acontecido, principalmente o filho mais velho.

A filha mais nova de B. demonstrou agressividade com a mãe, chegando ao ponto de empurrá-la. A filha também reproduzia o abuso que sofreu em seu irmão mais novo, tocando em suas partes íntimas. Ela é a quarta filha adotada. A família está em processo de decisão sobre o declínio desta adoção, *eu não posso perder o que construí, minha família virou de cabeça para baixo desde que ela veio*. Nessa família, observa-se os sentimentos voltados ao fracasso, a negação e a preocupação em continuar com a adoção e não ter condições de cuidar dos outros filhos, *estragar os outros; você tem que saber até onde vai os seus limites.* B. se mostrou bastante abalada, dividida e em sofrimento diante dessa situação, encontra obstáculos nesse processo de reconfiguração familiar.

A reflexão de Silva (2008) descreve a sensibilidade necessária para enxergar e lidar com as implicações da realidade existente no processo da adoção, ainda mais, de crianças maiores.

> Qualquer criança/adolescente, seja ela de origem biológica ou adotiva, traz alegria, tristeza, desobedece e frustra, havendo necessidade de preparo para lidar com as situações que advirem. Muitas vezes os adotantes atribuem os conflitos às características da família de origem ou ao fato de serem filhos por adoção, minimizando a importância dos fatores socioculturais, sua incapacidade de exercer a paternidade ou a decepção de não terem o filho idealizado. Por isso, a importância de preparar os pretendentes para receber um filho adotivo, evitando assim os traumas irreversíveis provocados pela devolução (Silva, 2008, p. 44).

Por fim, três famílias assinalam o fato de estarem oferecendo as ferramentas necessárias para os filhos escolherem o "caminho certo". As famílias recorrem a diversos profissionais e métodos para ajudar os filhos a lidarem com a sua história pregressa e seus desdobramentos, mas apenas duas famílias relataram a continuidade do acompanhamento psicológico de pelo menos dois de seus filhos. De acordo com Silva (2009), o acompanhamento psicológico deve acontecer na transferência da família biológica para a instituição de acolhimento e dela para a família que adota, ou seja, no pré e pós adoção. Este tem como função avaliar o bem-estar e sentimentos das crianças maiores e auxiliar na elaboração do luto pelos vínculos formados anteriormente.

Observa-se que ao terem acesso a algumas informações da história pregressa das crianças, as famílias compreendem melhor as atitudes e sentimentos das crianças. Assim que dão entrada ao processo de adoção, as famílias têm clareza dessa correlação. Porém, alguns dados relevantes se "perdem" e não chegam até as famílias, que irão aparecendo a partir do diálogo e convivência com os filhos. A forma como cada família enfrenta as questões acerca das experiências dos filhos ditará o funcionamento familiar e como se dará a formação de vínculos nesse processo.

4.4 A história pregressa das crianças, o diálogo e a formação de vínculos

Como exposto anteriormente, algumas famílias afirmam ter um diálogo aberto com seus filhos acerca de suas vivências na antiga configuração familiar e na instituição de acolhimento. Compreendem que falar sobre a história pregressa pode auxiliar na aproximação e formação dos vínculos com os filhos, como indica a literatura especializada.

C. sintetiza: *o que nos aproxima é que a gente passa segurança e confiança para eles,* ademais, *nos aproxima o fato da gente conhecer, aceitar e acolher a história deles, o passado deles e afirmar que esse passado não vai ter nada a ver com o presente deles agora.* Do mesmo modo, para F. e G. dialogar sobre o tema *reforça muito os laços porque eles estão confiando pra gente um assunto que de certa forma incomoda eles.* Na adoção de crianças maiores, exercer a parentalidade requer assumir a história e a subjetividade formada a partir de vivências anteriores à adoção, juntamente com o exercício gradual e contínuo empenhado na elaboração de um vínculo de confiança (Machado; Ferreira; Seron, 2015).

Ao serem questionadas sobre os pontos que favorecem o diálogo sobre a história pregressa, A. fala que *quando a gente está a fim de conversar ou quando a gente tem algum problema, algum inconveniente ou alguma complicação que a gente esteja passando*. Para ela, contudo, as vivências do passado desfavorecem quando são utilizadas no sentido pejorativo com os filhos: *tu te comporta assim por causa do teu passado.*

C. defende a ideia de utilizar as vivências anteriores para ensinar, *vocês já sabem o que vocês passaram, vocês não vão querer repetir os mesmos erros que aconteceram lá no passado com outras pessoas, vocês vão ser pessoas diferentes agora.* Apenas D. e E. acreditam não ter influência conversar ou não sobre a história dos filhos, *não influencia na nossa vinculação, até porque ela já aconteceu, não tem mais o que vincular;* consideram que a história deve ser vista como natural.

Por meio da mediação de pessoas que compõem o grupo cultural, como vimos, as crianças vão gradativamente se apropriando dos significados compartilhados na cultura, o que irá incidir sobre seu funcionamento psicológico. Conforme estes processos são internalizados passam ser apropriados psicologicamente, sendo parte da vida da criança. Assim, ao internalizar as vivências proporcionadas pelo seu meio, a criança reformula os comportamentos externos e estrutura os próprios processos mentais, isto é, participa ativamente desse processo de modo e intensidade diferentes em virtude do seu amadurecimento (Vygotsky, 1984).

Como define Vygotsky (1984), esse é um processo constante no desenvolvimento e pode enfrentar descontinuidades. Pensando a situação complexa da adoção no contexto estudado, o diálogo sobre a história pregressa deve ser sempre estimulado e não silenciado quando crianças e mesmo os adultos julgarem necessário, pois ele exigirá elaborações e reelaborações conforme a vida for se desenvolvendo. Nesse sentido, conversar com os filhos promove aproximação e confiança, sendo um fator que incide na formação de vínculos, na experiência da maternidade e da paternidade e na experiência de ser filho, o que está permanente em construção, ao contrário do que argumentam D. e E.

4.5 A inserção na nova família como uma forma de recomeçar

As famílias compreendem as vivências relacionadas à história pregressa como um exemplo a não ser seguido. A. e C. afirmam, sucessivamente, *se não é agora mais para frente eles vão saber tirar uma lição de tudo que passaram, um aprendizado; é algo que eles vão olhar e eles vão saber o que eles não podem ser e o que eles não devem ser, é o que eu passo para eles hoje, vocês já têm conhecimento do que é uma vida ruim [...] eles vêm com aquilo que eles aprenderam, e cabe a mim ensinar o novo para eles, o certo, o correto*.

F. e G. pensam que coisas ruins acontecem para que outras melhores venham, *não há nada de ruim que aconteça na vida das pessoas que ela não consiga tirar uma coisa boa, a gente tá aqui para mostrar isso, nós somos sortudos de estarmos juntos.* D. e E. defendem a ideia de *dar valor também para vida, não ver só o lado ruim, porque o lado ruim seria se eles ainda tivessem lá, passando pelo que eles passavam antes.*

Com as questões trazidas pelas famílias, é possível pensar no processo de desenvolvimento das crianças, desde a antiga realidade de suas vidas até a construção da sua história após a adoção, mediada pela nova configuração familiar. Para isso, é preciso considerar que cada criança passou por uma trajetória de vida própria. De acordo com Vygotsky (1984), ao nascer, o bebê está em constante interação com o meio social, em especial com os adultos, que além de possibilitar sua sobrevivência, também atuam como mediadores da sua relação com o mundo. Os adultos buscam incluir as crianças na cultura que estão inseridos, significando suas normas, habilidades e hábitos. Os modos de agir, pensar, sentir, a visão de mundo e os valores, isto é, a subjetividade dos indivíduos decorrem da interação deles com o meio físico e social (Vygotsky, 1984).

As falas das famílias partilhadas até aqui demonstram um pouco do modo como as crianças vem se apropriando de suas histórias, e de como revelam essa apropriação pelas emoções, imaginação e reflexões. Além do já exposto sobre isso, cita-se ainda, o relato de D. e E. sobre a carência aflorada em seus filhos *de ficar o tempo inteiro querendo abraçar e beijar*. Na mesma linha, B. avista características em sua filha mais velha, *aquela pessoa mais dura, mais fria, sofreu demais;* C. percebe sua filha *muito trancada, mais retraída,* dificilmente ela chora; em contrapartida, seu filho *foi o que mais sofreu, e é uma criança extremamente amorosa, tu olha para ele e tu não diz que ele passou o que ele passou, ele é carinhoso.*

Duas famílias problematizaram o fato de que se tivessem gerado filhos biológicos, eles também apresentariam suas demandas, *se tivesse filho biológico não seria diferente* (A.) e *os filhos biológicos demandam muito também, depende do jeito que se cria* (B.). Levy, Pinho e Faria (2009), são citados para recordar o fato do reconhecimento da parentalidade, sentimentos e afetos serem construídos diariamente através das interações entre pais e filhos, sejam eles biológicos ou regulamentados pelo processo de adoção. Além disso, para esses autores, na prática da adoção as famílias precisam redirecionar o desejo da criança idealizada por eles para a construção de uma história com o filho, na qual poderão encontrar satisfações e frustrações.

Quando as crianças abordam sobre suas vivências anteriores, as famílias propagam um discurso voltado à uma realidade futura diferente da vivida pelas crianças anteriormente. *Foi tirado tanta coisa que agora eles conseguem olhar por cima do muro do abrigo e olhar, olhar, olhar* (F. e G.); *agora vocês vão ter amor, vão saber o que significa realmente uma família, vão ter cuidados diferentes, atenção diferente* (C.). Na mesma direção, C. e D. falam, sucessivamente, *vocês começam a contar daqui para frente agora; para deixar o passado para trás e poder viver um bom futuro, ter uma vida feliz.*

D. e D.E. tentam deixar as *coisas mais reais*, tentam amenizar as questões relativas ao passado *para que eles (filhos) possam crescer o mais normal possível.* Cita-se a compreensão de Vygotsky (1984), novamente, com vista

a acentuar o fato de que o desenvolvimento não pode ser classificado como previsível, universal ou contínuo, pois o indivíduo se efetiva por meio de descontinuidades e disparidades causadoras de constantes reorganizações.

B. e a família de F. e G. reforçam essa afirmação em seus relatos, sucessivamente, *você tá construindo uma relação e ao mesmo tempo desconstruindo a história de uma vida trágica* e *tudo foi uma desconstrução, reconstrução, construção, é uma história; a história de vocês é a história de vocês, e isso nunca vai mudar, mas vai ser amenizado*; *a gente tenta não ficar ligando as coisas ao passado para que eles consigam partir desse momento, porque o futuro deles vai depender desse momento também.*

Nenhuma das famílias entrevistadas nega a história pregressa dos filhos, porém algumas parecem ter maior facilidade para aceitar esta história. Como vimos, as crianças maiores demandam diferentes caminhos para a superação de sofrimentos, a adaptação a uma nova vida e a formação de vínculo afetivo. Quando as crianças externalização suas vivências, a forma como as famílias lidam se assemelha - escuta, acolhimento, conversa e ressignificação de algumas questões, pautando o presente e o futuro.

Nenhuma família compreende as consequências do passado como irreparáveis para o futuro das crianças, pelo contrário, se cobram para ensinar o melhor aos filhos. Percebe-se, igualmente, um empenho das famílias em reformular o que as crianças entendem como amor e cuidado, estas também se concentram em focar no presente e futuro, sem ficar revisitando o passado a todo momento. As famílias se experimentam como pessoas capazes de transformar a vida das crianças e contribuir de forma positiva para o desenvolvimento.

V. CONCLUSÃO

Conforme os dados obtidos, as cinco famílias ao iniciarem o processo de adoção para crianças maiores de dois anos tinham ciência e se prepararam para enfrentar as questões sobre a história pregressa dos filhos e suas possíveis repercussões. Foi possível perceber que as famílias vivem momentos distintos de suas trajetórias enquanto um grupo familiar, devido ao tempo que realizaram a adoção, às próprias características dos pais e as das crianças e de suas histórias. Em contrapartida, existem semelhanças quando se trata de sentimentos e experiências vivenciadas na adoção das crianças.

A depender da criança, o resgate de vivências anteriores é externalizado em maior ou menor frequência, assim como a forma das famílias acolherem essa história, com mais ou menos receptividade. Embora sejam processos particulares, a maneira como as famílias lidam com os assuntos contribuiu para a formação de vínculos positivos. As famílias têm clareza que a história pregressa não pode ser apagada, sendo assim, optam por manter um diálogo com os filhos sobre suas vivências anteriores, embora com dificuldades.

As famílias consideram a história pregressa dos filhos como uma experiência deveras dolorosa, o que ressoa na vontade que sentem em melhorar a vida das crianças, com amor, cuidado e oportunidades. A dificuldade implicada na adoção de crianças maiores foi uma questão colocada pelas famílias, em maior grau por duas, que estão vivendo situações conflituosas no atual momento. Na maior parte delas notou-se um receio dos filhos terem seu desenvolvimento prejudicado, como no caso da alfabetização.

A produção desta pesquisa buscou demonstrar a realidade das crianças destituídas do poder familiar de origem, e elencar a importância da história pregressa na história e desenvolvimento da criança. Ademais, visou apresentar as maneiras como as famílias se vinculam com as crianças e ressignificam as vivências anteriores, de acordo com a nova configuração familiar que estão inseridas.

Realizar as entrevistas possibilitou uma gama de informações, nem todas possíveis de aprofundar no escopo desse artigo. Cada entrevista ocorreu de forma singular, a maioria das famílias iniciaram retraídas e foram aos poucos se sentindo à vontade para compartilhar suas trajetórias, emocionadas. Algumas não detalharam as vivências anteriores das crianças, mas todas demonstraram um entusiasmo ao falar o quanto as crianças representam para elas e o desejo em possibilitar uma condição de vida melhor para seus filhos. As famílias parecem ter se sentido confortáveis e aliviadas em abordar suas experiências, evidenciado a importância dos espaços de trocas, como grupos de apoio e reflexão e acompanhamento psicológico, em consonância com o que afirma Silva (2009).

Os dados analisados, no geral, foram ao encontro da literatura estudada. Porém, a incidência de comportamentos agressivos nas crianças, como resposta às suas histórias pregressas, não foi predominante, apareceu em apenas uma família, contrariando o que aparece na literatura.

Tendo em vista a complexidade do contexto adotivo e as poucas publicações acerca desta temática, sugere-se a produção de mais pesquisas. Ademais, as publicações encontradas acerca da temática da pesquisa foram, em sua maioria, produzidas pelo viés jurídico, o que gera uma discussão repetitiva e que finda em determinado ponto. Dito isto, também se sugere mais estudos que abordem a esfera psicológica e que possam ouvir as crianças nesse processo.

AGRADECIMENTOS

Às famílias participantes da pesquisa.

REFERÊNCIAS

[1] Alvarenga, L. L. de, Bittencourt, M. I. G. de F. (2013). A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. Pensando fam., Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 41-53. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v17n1/v17n1a05.pdf

[2] Costa, N. R., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. Psicologia: Reflexão e Crítica, 20(3), 425- 434. Disponível em https://www.scielo.br/j/prc/a/qCNFbWZnftRdy4PmTGGYKQp/?lang=pt&format=pdf

[3] Fonseca, C. (2002) Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In: Coleta Rinaldi Althoff, Ingrid Elsen, Rosane G. Nitschke. (Org.). Pesquisando a família: olhares contemporâneos. Florianopolis: Papa-livro Editora. Disponível em http://files.claudialwfonseca.webnode.com.br/2000000449db6f9e355/Olhares%20antropol%C3%B3gicos%20sobre%20a%20fam%C3%ADlia%20contempor%C3%A2nea%2C%202002 .pdf

[4] Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

[5] Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. (2009). Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm

[6] Levy, L., Pinho, P. G. R., & Faria, M. M. (2009) “Família é muito sofrimento”: um estudo de casos de devolução de crianças. Psico, Rio de Janeiro, 1 (40), 59- 63. Disponível em https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/3730/4142

[7] Machado, L. V., Ferreira, R. R., Seron, P. C. (2015). Adoção de crianças maiores: sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo. Est. Inter. Psicol., Londrina, v. 6, n. 1, p. 65-81. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v6n1/a06.pdf

[8] Minayo, C. de S. (org.) (2009). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes.

[9] Queiroz, A. C. A., & Brito, L. (2013). Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Textos & Contextos (Porto Alegre), 12(1), 55 - 67. Disponível em https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/13161/9620

[10] Sampaio, D. da S., Magalhaes, A. S., Feres-Carneiro, T. (2018). Pedras no caminho da adoção tardia: desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 26, n. 1, p. 311-324. Disponível em https://www.scielo.br/j/tpsy/a/Cx4bFKrqtTrPzL3vHsbCZmD/?lang=pt&format=pdf

[11] Silva, J. A. da. (2009). Adoção de Crianças Maiores: percepções e Vivências dos adotados. Belo Horizonte. Disponível em http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Psicologia_SilvaJA_1.pdf

[12] Silva, M. F. (2009). Devolvido ao Remetente: Uma reflexão sobre a devolução de crianças e adolescentes adotados em Florianópolis. Monografia (graduação). Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/119332

[13] Vargas, M. M. (2013). Adoção tardia: Da família sonhada à família possível. São Paulo: Casa do Psicólogo. Disponível em https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/38689/pdf/0?code=uqGlbSzB0YIFmV LrhL1n/pUBwRX4x5udnJigtcnqY7ibItWIVM3ddDzz3cKHzg+5OPdCBQmo8YlxDWDiaPD 8Gg==

[14] Vygotsky, L.S. A formação social da mente. São Paulo, Martins Fontes. 1984.